



# CALANGO 6 ENERGIA RENOVÁVEL S.A.

CNPJ nº 19.560.837/0001-13 | Companhia Fechada | Companhia do Grupo Neoenergia S.A.

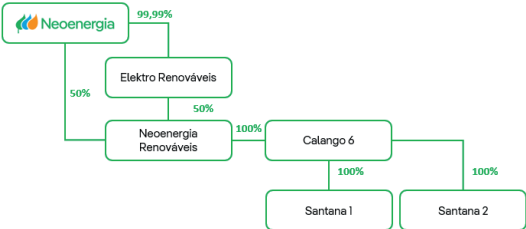
## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2024

### MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados,  
Ao apresentar os resultados de 2024, a Calango 6 Energia Renovável S.A. reafirma seus princípios de sustentabilidade corporativa, sempre na busca do equilíbrio entre prosperidade econômica, responsabilidade ambiental e progresso social, com base em uma gestão eficiente, íntegra e ética. Vamos em busca de novas conquistas em 2025, com a certeza de contribuir para o desenvolvimento do Brasil.

### 1. CALANGO 6

A Companhia Calango 6 Energia Renovável S.A. é uma sociedade de propósito específico (SPE), cuja totalidade das ações pertence à Neoenergia Renováveis S.A., da qual são acionistas a Neoenergia S.A. (50%) e a Elektro Renováveis (50%). Calango 6 Energia Renovável S.A. é proprietária do projeto eólico Calango 6, produto do 1º Leilão de Energia Nova (A-3) promovido em 2014 pela Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel, localizado nos municípios de Bodó e Cerro Corá (RN). A empresa Calango 6 é controladora direta dos parques eólicos Santana 1 e Santana 2. Em 31 de dezembro de 2024, a estrutura societária de Calango 6 era a seguinte:



### 2. DESEMPENHO OPERACIONAL

Calango 6 recebeu autorização para estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, conforme Portaria nº 619 de 18/11/2014, expedida pelo Ministério de Minas e Energia, pelo prazo de 35 anos.  
O Parque Eólico firmou com 28 distribuidoras do setor de energia elétrica Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR, com início de suprimento em 01 de janeiro de 2017 e vigência até 31 de dezembro de 2036.  
Calango 6 conta com a implantação de 15 aerogeradores, totalizando uma capacidade instalada de 30MW e energia contratada de 18,5MW médios.  
No ano de 2024, o Parque Eólico Calango 6 esteve em operação comercial e durante esse período gerou 127.234 MWh, estando sua operação sob coordenação do ONS - Operação Nacional do Sistema Elétrico.

## DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

Notas	Consolidado		Controladora	
	2024	2023	2024	2023
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>76.231</b>	<b>74.951</b>	<b>26.482</b>	<b>27.218</b>
<b>Custos dos serviços</b>	<b>(39.888)</b>	<b>(41.244)</b>	<b>(13.696)</b>	<b>(14.874)</b>
Custos com energia elétrica	(9.473)	(8.438)	(3.153)	(2.866)
Custos de operação	(30.415)	(32.806)	(10.543)	(12.008)
<b>Lucro bruto</b>	<b>36.343</b>	<b>33.707</b>	<b>12.786</b>	<b>12.344</b>
Perda de crédito esperadas	9.1	(3)	(1)	(1)
Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	5	(1.384)	(777)	(615)
Equivalência Patrimonial	10	(24.564)	(26.248)	(26.248)
<b>Lucro operacional</b>	<b>34.959</b>	<b>32.927</b>	<b>36.735</b>	<b>38.247</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>(12.027)</b>	<b>(7.598)</b>	<b>(18.321)</b>	<b>(18.657)</b>
Receitas financeiras	15.609	18.831	6.870	7.353
Despesas financeiras	(27.917)	(26.707)	(25.455)	(26.294)
Outros resultados financeiros, líquidos	281	278	264	284
<b>Lucro antes dos tributos</b>	<b>22.932</b>	<b>25.329</b>	<b>18.414</b>	<b>19.590</b>
<b>Tributos sobre o lucro</b>	<b>(2.340)</b>	<b>(3.218)</b>	<b>2.178</b>	<b>2.521</b>
Corrente	(4.518)	(5.739)	-	-
Diferido	2.178	2.521	2.178	2.521
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>20.592</b>	<b>22.111</b>	<b>20.592</b>	<b>22.111</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

Notas	Consolidado		Controladora	
	2024	2023	2024	2023
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>20.592</b>	<b>22.111</b>	<b>20.592</b>	<b>22.111</b>
<b>Outros resultados abrangentes</b>	-	-	-	-
<b>Itens que serão reclassificados para o resultado:</b>	-	-	-	-
Hedge de fluxo de caixa	14	-	14	-
Tributos diferidos sobre resultados abrangentes	(5)	-	(5)	-
<b>Total dos itens que serão reclassificados para o resultado</b>	<b>9</b>	<b>-</b>	<b>9</b>	<b>-</b>
<b>Outros resultados abrangentes do exercício, líquido dos tributos</b>	<b>9</b>	<b>-</b>	<b>9</b>	<b>-</b>
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	<b>20.601</b>	<b>22.111</b>	<b>20.601</b>	<b>22.111</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	Reservas de lucros		Reserva especial de dividendos não distribuídos	Lucros acumulados	Proposta de distribuição de dividendos adicionais	Total
	Capital Social	Outros resultados abrangentes				
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>30.001</b>	<b>-</b>	<b>163.145</b>	<b>5.403</b>	<b>52.934</b>	<b>40.867</b>
<b>Resultado abrangente do exercício:</b>	-	-	9	-	-	9
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	20.592
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	9
Deliberação de dividendos adicionais	-	-	-	(52.934)	(40.867)	(93.801)
<b>Destinação do lucro líquido:</b>	-	-	-	-	-	-
Remuneração aos acionistas (nota 15.2)	-	-	-	-	(19.562)	14.414
Constituição de reservas de lucros (nota 15.4)	-	-	-	1.030	(1.030)	(5.148)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>30.001</b>	<b>9</b>	<b>163.145</b>	<b>5.403</b>	<b>1.030</b>	<b>14.414</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Calango 6 Energia Renovável S.A. ("Calango 6" ou "Companhia") é uma sociedade de propósito específico (SPE), cuja totalidade das ações pertence à Companhia Neoenergia Renováveis S.A., da qual são acionistas a Neoenergia S.A. (50%) e a Elektro Renováveis S.A. (50%). A Calango 6 Energia Renovável S.A. é proprietária do projeto eólico Calango 6, produto do 1º Leilão de Energia Nova (A-3) promovido em 2014 pela Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel, localizado nos municípios de Bodó e Cerro Corá (RN). A Calango 6 é controladora direta das Companhias e parques eólicos Santana 1 e Santana 2 (conjuntamente com a Calango 6, o "Grupo"). A Companhia recebeu autorização para estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, conforme Portaria nº 619 de 18 de novembro de 2014, expedida pelo Ministério de Minas e Energia. Esta autorização vigorará pelo prazo de 35 anos contados a partir da publicação da Portaria. O Parque Eólico firmou com 28 distribuidoras do setor de energia elétrica Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR, com início de suprimento em 01 de janeiro de 2017 e vigência até 31 de dezembro de 2036. Calango 6 conta com a implantação de 15 aerogeradores, totalizando uma capacidade instalada de 30MW e energia contratada de 18,5MW médios. As informações sobre os empreendimentos da Companhia são os seguintes:

Parque Eólico	Localidade, estado	Capacidade Instalada (MW)	Energia Assegurada (MWh/med)	Data da Concessão Autorização	Data de Vencimento
Santana 1	Bodó - RN	30,0	17,3	14/11/2014	13/11/2049
Santana 2	Lagoa Nova - RN	24,0	15,1	14/11/2014	13/11/2049

A Companhia vem apresentando constantemente fluxos de caixa positivos gerados por suas atividades operacionais, entretanto em 31 de dezembro de 2024 apresentou capital circulante líquido ("CCL") negativo de R\$ 35.133 na Controladora e R\$ 26.378 no Consolidado. A Companhia prevê que continuará a gerar fluxos de caixa operacionais suficientes para equalizar o CCL negativo a médio prazo. Caso necessário, o acionista controlador se comprometerá a realizar aportes financeiros para que a Companhia cumpra com suas obrigações. **1.1 Gestão de riscos financeiros e operacionais:** As Políticas de Gestão de Riscos, aprovadas pelo Conselho de Administração em abril de 2024, compostas pelas políticas de riscos corporativos e pelas políticas de riscos específicas para cada negócio, que estabelecem os princípios básicos e o marco geral de atuação para o controle e gerenciamento dos riscos aos quais está exposto o Grupo Neoenergia e que devem ser aplicados de acordo com o disposto no Propósito e valores do Grupo Neoenergia. O processo de gestão de riscos adota como fonte as principais boas práticas de mercado e diretrizes do COSO ERM e ISO 31000, assim como as premissas regulatórias e de órgãos que abrangem o setor de energia elétrica, em consonância com as regulamentações emitidas pela ANEEL. A estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado da Companhia é composta pelo Conselho de Administração, Diretoria Executiva Colegiada, Diretoria Financeira, Auditoria Interna e Gestão de Risco, Comitê de Auditoria, além das estruturas de Governança e de Controles Internos. Este sistema de gerenciamento de riscos está aderente ao modelo do atual acionista controlador e sua política global de riscos. **1.1.1 Gestão de Riscos Financeiros e Mercado:** A Política de Riscos Financeiros se aplica a todos os negócios que integram o Grupo Neoenergia, dentro dos limites previstos aplicáveis às atividades que geram exposição a riscos financeiros, devendo ser reproduzida por suas controladas, observando seus respectivos estatutos sociais e a legislação aplicável. Estão incluídas diretrizes e limites específicos para gerenciamento de risco cambial e de *commodities*, risco de taxas de juros e índices de preços, risco liquidez e risco solvência, assim como a utilização de instrumentos derivativos para fins proteção, cuja utilização para fins especulativos é expressamente proibida. A aprovação de operações envolvendo derivativos é realizada por alçada competente conforme política de limites e alçadas do Grupo Neoenergia e estatutos das controladas da Neoenergia S.A. As principais diretrizes em relação a estratégias de *hedge*, são: - Todo instrumento de dívida denominado ou indexado à moeda estrangeira deverá ter sua exposição cambial protegida (convertida para Reais) por meio de operações de *hedge*; - O risco de câmbio e de *commodities* deverá ser controla-

### 3. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Resultados Econômico-Financeiros R\$ mil <sup>(1)</sup>	2024	2023	Variação %
Receita Operacional Bruta	29.423	30.598	(3,84)
Receita Operacional Líquida	26.482	27.218	(2,70)
Margem Operacional Líquida	12.786	12.344	3,58
EBITDA	43.446	44.742	(2,90)
Resultado Financeiro	(18.321)	(18.657)	1,80
Lucro Líquido	20.592	22.111	(6,87)
Margem Operacional (%)	48,28%	45,35%	2,93
Margem EBITDA (%)	164,06%	164,38%	(0,33)
Margem Líquida (%)	77,76%	81,24%	(3,48)

<sup>(1)</sup> Em milhares de Reais, exceto onde indicada outra unidade de medida

Informações Patrimoniais R\$ mil <sup>(2)</sup>	dez/24	dez/23	Variação %
Ativo Total	559.932	568.079	(1,43)
Dívida Bruta	216.497	240.247	(9,89)
Dívida Líquida <sup>(3)</sup>	109.111	179.128	(39,09)
Patrimônio Líquido	214.001	292.350	(26,80)

<sup>(2)</sup> Em milhares de Reais, exceto onde indicada outra unidade de medida

<sup>(3)</sup> Dívida líquida de disponibilidades, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários

Indicadores Financeiros de Dívida	dez/24	dez/23	Variação %
Dívida Líquida/EBITDA	2,51	4,00	(37,27)

<sup>(3)</sup> EBITDA e Resultado Financeiro dos últimos 12 meses  
Atendendo a Resolução CVM nº 156/22 demonstramos no quadro abaixo a conciliação do EBITDA (sigla em inglês para Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização, LAJIDA) e, complementamos que os cálculos apresentados estão alinhados com os critérios dessa mesma resolução:

Conciliação EBITDA R\$ mil <sup>(1)</sup>	2024	2023	Variação (R\$)	Variação (%)
Lucro líquido (A)	20.592	22.111	(1.519)	(6,87)
Receitas financeiras (B)	6.870	7.353	(483)	(6,57)
Despesas financeiras (C)	(25.455)	(26.294)	839	(3,19)
Outros resultados financeiros, líquidos (D)	264	284	(20)	(7,04)
Imposto de renda (E)	2.178	2.521	(343)	(13,61)
Depreciação e Amortização (F)	(6.711)	(6.495)	(216)	3,33
<b>EBITDA = (A+B+C+D+E+F)</b>	<b>43.446</b>	<b>44.742</b>	<b>(1.296)</b>	<b>(2,90)</b>

<sup>(1)</sup> Em milhares de Reais, exceto onde indicada outra unidade de medida

## DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	Consolidado		Controladora	
	2024	2023	2024	2023
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>	<b>20.592</b>	<b>22.111</b>	<b>20.592</b>	<b>22.111</b>
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>20.592</b>	<b>22.111</b>	<b>20.592</b>	<b>22.111</b>
<b>Ajustado por:</b>	-	-	-	-
Depreciação e amortização	18.192	17.683	6.711	6.495
Equivalência patrimonial	-	-	(24.564)	(26.248)
Tributos sobre o lucro	2.340	3.218	(2.178)	(2.521)
Resultado financeiro, líquido	12.027	7.598	18.321	18.657
<b>Alterações no capital de giro:</b>	-	-	-	-
Contas a receber de clientes e outros	(224)	(2.434)	(213)	(951)
Fornecedores e contas pagar	1.806	(957)	489	(73)
Outros tributos a recuperar (recolher) e encargos setoriais, líquidos	(2.845)	(2.708)	(1.225)	(435)
Provisões, líquidas dos depósitos judiciais	(3.416)	14.552	(82)	5.245
Outros ativos e passivos, líquidos	(3.923)	4.819	(1.612)	7.623
<b>Caixa gerado nas operações</b>	<b>44.549</b>	<b>63.882</b>	<b>16.139</b>	<b>29.903</b>
Dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos	-	-	31.296	22.540
Encargos de dívidas pagas	(19.123)	(20.789)	(19.123)	(20.789)
Instrumentos derivativos recebidos (pagos), líquidos	1	-	1	-
Rendimento de aplicação financeira	15.949	19.206	7.211	7.729
Pagamento de juros - Arrendamentos	(387)	(556)	(387)	(556)
Tributos sobre o lucro pagos	(3.211)	(3.694)	(178)	(70)
<b>Caixa gerado pelas atividades operacionais</b>	<b>37.778</b>	<b>58.049</b>	<b>34.959</b>	<b>38.757</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>	<b>(4.945)</b>	<b>(7.092)</b>	<b>(4.652)</b>	<b>(5.850)</b>
Aquisição de imobilizado e intangível	(741)	(59)	-	-
Aplicação de títulos e valores mobiliários	1.192	40	193	14
Resgate de títulos e valores mobiliários	-	-	-	-
Resgate de ações	-	-	(49.000)	-
<b>Caixa (consumido) gerado nas atividades de investimentos</b>	<b>(4.945)</b>	<b>(7.092)</b>	<b>(4.652)</b>	<b>(5.850)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>	<b>(27.721)</b>	<b>(23.427)</b>	<b>(27.721)</b>	<b>(23.427)</b>
Captação de empréstimos e financiamentos	174	-	174	-
Pagamento de principal dos empréstimos e financiamentos	(27.721)	(23.427)	(27.721)	(23.427)
Depósitos em garantias	31	(34)	31	(34)
Pagamento de principal - Arrendamentos	(77)	(93)	(77)	(93)
Remuneração paga aos acionistas	(5.528)	(5.355)	(5.528)	(5.355)
<b>Caixa consumido nas atividades de financiamentos</b>	<b>(33.121)</b>	<b>(28.909)</b>	<b>(33.121)</b>	<b>(28.909)</b>
<b>Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa no exercício</b>	<b>(9.857)</b>	<b>22.088</b>	<b>46.320</b>	<b>4.012</b>
Caixa e equivalentes no início do exercício	155.468	133.380	60.283	56.271
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	145.611	155.468	106.603	60.283
<b>Transações que não envolvem caixa:</b>	-	-	-	-
Provisão para desmantelamento	225	2.995	80	1.069
Provisão ambiental	145	137	(3)	20

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### 4. ENDIVIDAMENTO

A Companhia possui financiamento contratado junto ao BNDES com amortização linear e debrêntures de infraestrutura.

(Em R\$ mil)

	2025	2026	2027	2028	2029	2030 em diante
<b>Total</b>	<b>48.859</b>	<b>47.974</b>	<b>36.642</b>	<b>33.523</b>	<b>33.185</b>	<b>124.135</b>
Principal	17.061	14.697	12.460	10.759	9.117	16.015
Juros	31.798	33.277	24.182	22.764	24.068	108.120

### 5. AUDITORES INDEPENDENTES

A Companhia, em conformidade com a Instrução CVM nº 162, de 14 de julho de 2022, declara que mantém contrato com a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes (Deloitte), firmado em 30/12/2021 e prazo de 60 meses.  
Em 2024, a Deloitte prestou serviços de auditoria pelo montante R\$ 78.072 referentes à auditoria das demonstrações financeiras, dos quais R\$ 74.388 referem-se à auditoria das demonstrações financeiras e R\$ 3.683 referem-se a relatório de asseguração limitada.

### DISCLAIMER

Este documento foi preparado pela Calango 6 Energia Renovável S.A. ("Calango 6"), visando indicar a situação geral e o andamento dos negócios da Companhia. O documento é propriedade da Calango 6 e não deverá ser utilizado para qualquer outro propósito sem a prévia autorização escrita da Calango 6.  
A informação contida neste documento reflete as atuais condições e nosso ponto de vista até esta data, estando sujeitas a alterações. O documento contém declarações que apresentam expectativas e projeções da Calango 6 sobre eventos futuros. Estas expectativas envolvem vários riscos e incertezas, podendo, desta forma, haver resultados ou consequências diferentes daqueles aqui discutidos e antecipados, não podendo a Companhia garantir a sua realização.  
Todas as informações relevantes, ocorridas no exercício e utilizadas pela Administração na gestão da Companhia, estão evidenciadas neste documento e na Informação Contábil Anual.

## BALANÇO PATRIMONIAL EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023



ao valor recuperável ("impairment") de ativos. Na preparação dessas demonstrações financeiras, as controladas são consolidadas a partir da data em que a Companhia assume o controle até a data em que o controle cessa. Todas as transações entre a Neoenergia Renováveis S.A e suas controladas diretas e indiretas são eliminadas integralmente. A participação da Companhia nos resultados dos investimentos em coligadas estão incluídos nas demonstrações financeiras a partir da data em que influência significativa ou controle conjunto começa, até a data em que cessa influência ou controle significativo. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração, em 27 de fevereiro de 2025. **2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. O real brasileiro é a moeda funcional da Companhia. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio em vigor na data da transação e convertidas pela taxa de câmbio vigente na data do balanço. Ganhos e perdas cambiais pela atualização de ativos e passivos são reconhecidos no resultado financeiro. **2.3 Políticas contábeis materiais e estimativas críticas:** As políticas contábeis materiais e estimativas críticas aplicadas às estas demonstrações financeiras estão incluídas nas respectivas notas explicativas, quando relevantes. As políticas contábeis são consistentes em todos os exercícios apresentados, exceto pela implementação das novas normas, interpretação e orientações relacionadas na nota 2.5. **2.4 Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações que refletem o reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas periodicamente pela Administração. Os resultados reais podem divergir dos valores estimados. As estimativas e julgamentos significativos aplicados pela Companhia na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentados nas seguintes notas:

Nota	Estimativas e julgamentos significativos
3.1	Receita de fornecimento de energia e venda de energia na CCEE
7.1.2	Tributos sobre o lucro
9.2	Perdas de crédito esperadas (PCE)
11.1	Imobilizado
14.2	Provisões e outras obrigações

**2.5 Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes:** Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") que são aderentes e potencialmente relevantes ao contexto operacional e financeiro da Companhia são os seguintes: **a) Alterações em pronunciamentos contábeis com vigência a partir de 2024:**

Norma	Descrição da alteração	Vigência
IAS 1/ CPC 26: Apresentação das Demonstrações Financeiras	As emendas estabelecem requerimentos para classificação e divulgação de um passivo com cláusulas de covenants como circulante ou não circulante. Segundo as emendas o passivo deve ser classificado como circulante quando a entidade não tem o direito no final do período de reporte de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após o período de reporte. Adicionalmente, apenas covenants cujo cumprimento é obrigatório antes do, ou, no final do período de reporte devem afetar a classificação de um passivo como circulante ou não circulante.	01/01/2024, aplicação retrospectiva
IFRS 16/ CPC 6 (R2): Arrendamentos	As emendas incluem requerimentos que especificam que o vendedor-arrendatário deve mensurar subsequentemente o passivo de arrendamento derivado da transferência de ativo - que atende aos requisitos para ser reconhecida como receita de venda - e retro arrendamento ("Sale and Leaseback") de forma que não seja reconhecido ganho ou perda referente ao direito de uso retido na transação.	01/01/2024, aplicação retrospectiva
IAS 7/ CPC 3: Demonstração dos Fluxos de Caixa	Divulgação de operações de Risco Sacado ("Reverse factoring"), que envolvem as Companhias e seus fornecedores. Os novos requisitos de divulgação tornarão visível o uso de acordos de financiamento de fornecedores por uma Companhia e permitirão que os investidores observem como o uso desses instrumentos afetou as operações e a estrutura capital da Companhia.	01/01/2024, aplicação retrospectiva

Para as emendas e normativos listados acima, a Companhia não identificou impactos significativos na aplicação inicial em suas demonstrações financeiras.

**b) Alterações em pronunciamentos contábeis com vigência a partir de 01/01/2025:**

Norma	Descrição da alteração	Vigência
Resolução CVM nº 223/ OCP/10: Créditos de Carbono (CO2e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBO).	O objetivo desta orientação contábil é estabelecer os requisitos para o reconhecimento, mensuração e divulgação de créditos de carbono (CO2e), permissões de emissão (allowances) e créditos de descarbonização (CBO) das entidades brasileiras. Consequentemente, visa reduzir a diversidade de práticas contábeis adotadas nas demonstrações financeiras.	01/01/2025, aplicação retrospectiva
IFRS 7 (CPC 40): Divulgação de instrumentos financeiros/	As emendas estabelecem requerimentos de divulgação relativos a: (i) investimentos em participação societária mensurados a valor justo através dos outros resultados abrangentes, e (ii) instrumentos financeiros com características contingentes que não se relacionam diretamente com riscos e custos básicos de empréstimo.	01/01/2024, aplicação retrospectiva
IFRS 9 (CPC 48): Classificação e mensuração de instrumentos financeiros	As emendas estabelecem requerimentos relativos a: (i) liquidação de passivos financeiros por meio de sistema de pagamento eletrônico; e (ii) avaliar as características contratuais do fluxo de caixa dos ativos financeiros, incluindo aqueles com características ambientais, sociais e de governança ("ASG" ou "ESG").	01/01/2024, aplicação retrospectiva
IFRS 18: Apresentação e divulgação das Demonstrações Financeiras	A IFRS 18 introduz três categorias definidas para receitas e despesas - operacionais, de investimento e de financiamento - para melhorar a estrutura da demonstração de resultados e exige que todas as entidades forneçam novos sub-tópicos definidos, incluindo o lucro operacional. A estrutura melhorada e os novos sub-tópicos darão aos investidores um ponto de partida consistente para analisar o desempenho das companhias. A IFRS 18 também exige que as companhias divulguem explicações sobre as medidas específicas que estão relacionadas com a demonstração dos resultados, referidas como medidas de desempenho definidas pela Administração. Os novos requisitos promovem a transparência das medidas de desempenho definidas pela Administração e provavelmente tornará as sujeitas a auditoria. A IFRS 18 substituirá a IAS 1/ CPC 26: Apresentação das Demonstrações Financeiras.	01/01/2027, aplicação retrospectiva
IFRS 19 Subsidiárias sem responsabilidade	Essa norma se aplica somente as entidades que: (i) sua controladora consolida as informações aplicando a IFRS 10 Consolidated Financial Statements e disponibiliza a demonstração financeira consolidada para o público geral, e (ii) a entidade não possui títulos e valores mobiliários sendo negociados em mercado, seja bolsa ou balcão.	01/01/2027

A Companhia espera impactos substanciais na elaboração da Demonstração de Resultado e da Demonstração dos Fluxos de Caixa, originados pela aplicação da IFRS 18. A Companhia está analisando os possíveis impactos referentes a este pronunciamento em suas demonstrações financeiras e aguardará a orientação do CPC para a aplicação deste pronunciamento. Em relação aos demais normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercício futuro, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

**3. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA**

	Consolidado		Controladora	
	2024	2023	2024	2023
Fornecimento de energia	79.460	78.655	28.708	29.668
Câmara de Comercialização de Energia - CCEE	1.825	1.201	715	509
Outras receitas	19	772	-	421
<b>Receita operacional bruta</b>	<b>81.285</b>	<b>80.628</b>	<b>29.423</b>	<b>30.598</b>
PIS e COFINS	(4.708)	(5.358)	(2.818)	(3.266)
Encargos setoriais (1)	(346)	(312)	(123)	(114)
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>76.231</b>	<b>74.951</b>	<b>26.482</b>	<b>27.218</b>

(1) Refere-se aos encargos de fiscalização de serviço de energia elétrica (TFSEE). **3.1 Política contábil e julgamentos críticos:** a) **Política contábil:** A receita é reconhecida quando o controle de cada obrigação de desempenho é transferido para o cliente e podem ser mensuradas de forma confiável, que geralmente ocorre no ato da entrega do produto ou quando o serviço é prestado. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber por cada obrigação de desempenho, considerando quaisquer as estimativas de contraprestações variáveis, tais como substituições, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares. A Companhia vende a energia produzida em dois ambientes: (i) no Ambiente de Contratação Livre ("ACL"), onde a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais; e (ii) no Ambiente de Contratação Regulada ("ACR"), onde há a comercialização da energia elétrica para os agentes distribuidores. A oferta de operações de venda de energia na CCEE e transações no mercado de curto prazo estão reconhecidos pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que as transações ocorrem. O preço da energia nessas operações tem como característica o vínculo com Preço de Liquidação de Diferenças ("PLD"). b) **Estimativas e julgamento crítico:** Para a receita de venda de energia na CCEE, a Companhia utiliza-se da medição prévia do parque eólico extraída do sistema de coleta de dados de energia da CCEE, prévia da perda interna com base no histórico e perda da rede básica, contratos de compra e venda definidos no curto prazo além daqueles vigentes à época, valor do PLD (realizado e previsto) divulgado pela CCEE.

**4. CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA**

	Consolidado		Controladora	
	2024	2023	2024	2023
<b>Compra para revenda</b>				
Energia adquirida no ambiente de contratação livre - ACL	(2.112)	(1.301)	(705)	(493)
Outros	(49)	(41)	(19)	(16)
<b>Subtotal</b>	<b>(2.161)</b>	<b>(1.342)</b>	<b>(724)</b>	<b>(509)</b>
PIS e COFINS	19	12	-	42
<b>Total</b>	<b>(2.142)</b>	<b>(1.330)</b>	<b>(705)</b>	<b>(467)</b>
<b>Encargos de uso dos sistemas de distribuição e transmissão</b>				
Encargos de rede básica	(5.498)	(5.322)	(1.965)	(1.904)
Encargos de conexão	(2.100)	(2.055)	(750)	(734)
<b>Subtotal</b>	<b>(7.598)</b>	<b>(7.377)</b>	<b>(2.715)</b>	<b>(2.638)</b>
Créditos de PIS e COFINS	267	239	267	239
<b>Total</b>	<b>(7.331)</b>	<b>(7.138)</b>	<b>(2.448)</b>	<b>(2.399)</b>
<b>Total dos custos com energia elétrica</b>	<b>(9.473)</b>	<b>(8.438)</b>	<b>(3.153)</b>	<b>(2.866)</b>

**5. CUSTOS DE OPERAÇÃO E DESPESAS OPERACIONAIS**

	Consolidado		Controladora	
	2024	2023	2024	2023
<b>Outras receitas/ Despesas gerais operacionais e administrativas</b>				
Pessoal e benefícios a empregados	(497)	(784)	(1.281)	(1.281)
Serviços de terceiros (1)	(10.269)	(176)	(10.445)	(18,192)
Depreciação e amortização	(18,192)	-	(18,192)	-
Outras receitas e despesas, líquidas (1)	(1,457)	(424)	(1,881)	-
<b>Total</b>	<b>(30,415)</b>	<b>(1,384)</b>	<b>(31,799)</b>	<b>-</b>
<b>Outras receitas/ Despesas gerais operacionais e administrativas</b>				
Pessoal e benefícios a empregados	(1,904)	(905)	(1,809)	(1,809)
Serviços de terceiros (1)	(11,814)	(189)	(11,573)	(11,573)
Depreciação e amortização	(17,683)	-	(17,683)	-
Outras receitas e despesas, líquidas (1)	(3,035)	317	(2,718)	-
<b>Total</b>	<b>(32,806)</b>	<b>(777)</b>	<b>(33,583)</b>	<b>-</b>

(1) O valor refere-se principalmente às despesas e custos de manutenção preventiva e corretiva dos sistemas elétricos dos parques eólicos.

	Controladora		2024	
	2024	2023	2024	2023
<b>Outras Receitas/ Despesas gerais operacionais e administrativas</b>				
Custos de operação	(172)	(280)	(452)	(3,411)
Serviços de terceiros	(3,411)	(83)	(3,494)	-
Depreciação e amortização	(6,711)	-	(6,711)	-
Outras receitas e despesas, líquidas (1)	(249)	(252)	(501)	-
<b>Total</b>	<b>(10,543)</b>	<b>(615)</b>	<b>(11,158)</b>	<b>-</b>

	Controladora		2023	
	2024	2023	2024	2023
<b>Outras Receitas/ Despesas gerais operacionais e administrativas</b>				
Custos de operação	(313)	(317)	(630)	(5,127)
Serviços de terceiros	(5,127)	(137)	(5,249)	(6,495)
Depreciação e amortização	(6,495)	-	(6,495)	-
Outras receitas e despesas, líquidas (1)	(88)	110	22	-
<b>Total</b>	<b>(12,008)</b>	<b>(344)</b>	<b>(12,352)</b>	<b>-</b>

(1) Refere-se a seguros, viagens a serviço, arrendamentos, entre outros.

**6. RESULTADO FINANCEIRO**

	Consolidado		Controladora	
	2024	2023	2024	2023
<b>Receitas Financeiras</b>				
Renda de aplicações financeiras	15,949	19,206	7,211	7,729
(-) Tributos sobre receita financeira	(348)	(406)	(348)	(406)
Outras receitas financeiras	8	31	7	30
<b>Total</b>	<b>15,609</b>	<b>18,831</b>	<b>6,870</b>	<b>7,353</b>

	Consolidado		Controladora	
	2024	2023	2024	2023
<b>Despesas Financeiras</b>				
Encargos sobre instrumentos de dívida (1)	(22,889)	(25,363)	(22,889)	(25,363)
Outras despesas financeiras (1)	(5,028)	(1,344)	(2,566)	(931)
<b>Total</b>	<b>(27,917)</b>	<b>(26,707)</b>	<b>(25,455)</b>	<b>(26,294)</b>

	Consolidado		Controladora	
	2024	2023	2024	2023
<b>Outros resultados financeiros, líquidos</b>				
Perdas com instrumentos financeiros derivativos	281	287	264	287
Outras variações cambiais e monetárias	281	278	264	284
<b>Total</b>	<b>(12,027)</b>	<b>(7,598)</b>	<b>(18,321)</b>	<b>(18,657)</b>

(1) Inclui a parcela variável dos juros relacionada à indexadores de preço sobre dívida em moeda nacional (IPCA, IGP-M e outros) e amortização de custos de captação. (2) Inclui juros sobre passivo de arrendamento, comissão de anúncio BNDES, entre outros.

**7. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO, OUTROS TRIBUTOS, ENCARGOS SETORIAIS**

**7.1 Tributos sobre o lucro:** Os tributos sobre o lucro correntes são representados pelo Imposto de Renda ("IRPJ") e pela Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), e são calculados com base na alíquota de 34% sobre o lucro antes dos impostos (IRPJ - 25% e CSLL - 9%), e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL, limitada a 30% do lucro real do exercício. **7.1.1 Reconciliação dos tributos reconhecidos no resultado:** A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos tributos reconhecidos estão apresentados a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	2024	2023	2024	2023
<b>Tributos sobre o lucro</b>	<b>22,932</b>	<b>25,329</b>	<b>18,414</b>	<b>19,590</b>
Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos sobre o lucro:				
Benefício tributário sobre os juros sobre o capital próprio	-	170	-	170
Resultado de participações societárias	5,370	5,137	8,352	8,924
Diferença de presunção de base do lucro presumido	87	87	87	88
Outros ajustes (través meses) permanentes	(2,340)	(3,218)	2,178	2,521
<b>Tributos sobre o lucro</b>	<b>10%</b>	<b>13%</b>	<b>(12%)</b>	<b>(13%)</b>
<b>Ativa efetiva</b>	<b>(4,518)</b>	<b>(5,739)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Corrente	2,178	2,521	2,178	2,521
Diferido	-	-	-	-

**7.1.2 Tributos diferidos ativos:** Os tributos diferidos ativos e passivos são reconhecidos com base nos prejuízos fiscais e diferenças temporárias entre os valores contábeis para fins das demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

	Controladora	
	2024	2023
<b>Prejuízo fiscal (inclui base negativa)</b>	<b>20,246</b>	<b>17,356</b>
<b>Diferenças temporárias:</b>		
Provisões ambientais, para desmantelamento e ressarcimento	7,619	8,356
Perdas estimadas de créditos - Contas a receber	1	-
Arrendamentos capitalizados	126	95
PIR	17	27
<b>Total</b>	<b>28,009</b>	<b>25,835</b>
Ativo não circulante	28,009	25,835

As variações dos tributos diferidos são as seguintes:

	Controladora	
	Ativo	Passivo
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>25,835</b>	<b>2,178</b>
Efeitos reconhecidos no resultado	(5)	(1)
Efeitos reconhecidos nos outros resultados abrangentes	-	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>28,009</b>	<b>-</b>

**Saldos em 31 de dezembro de 2022**

Controladora	
Ativo	Passivo
<b>2024</b>	<b>2023</b>
20,246	17,356

A Administração considera que os créditos fiscais diferidos ativos serão realizados na proporção da realização das provisões e da resolução final dos eventos futuros, ambos baseados nas projeções baseadas no planejamento estratégico. Em 31 de dezembro de 2024, a expectativa de realização dos ativos e passivos fiscais diferidos, reconhecidos, está apresentada como segue:

	Entre 2029 e 2033		Entre 2034 e 2038	
	2025	2026	2027	2028
Ativo fiscal diferido	3,592	2,741	4,243	1,945
<b>Efeito líquido</b>	<b>3,592</b>	<b>2,741</b>	<b>4,243</b>	<b>1,945</b>

**7.1.3 Política contábil e julgamentos críticos:** a) **Política contábil:** Os tributos sobre o lucro são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para transações reconhecidas diretamente no patrimônio líquido. Os tributos sobre o lucro são calculados com base em alíquotas brasileiras e o seu reconhecimento é baseado nas diferenças temporárias entre o valor contábil e o valor para base fiscal dos ativos e passivos, e nos prejuízos fiscais apurados. Os tributos diferidos sobre o lucro ativo e passivo são compensados quando existir um direito legalmente exequível de compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos estiverem relacionados aos tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável. Os tributos diferidos ativos são reconhecidos nas demonstrações financeiras baseiam-se em estudos técnicos, preparados pela Administração, que suportam a expectativa de lucros tributáveis futuros. Esses estudos levam em consideração a análise dos resultados futuros, fundamentada por projeções econômico-financeiras, elaboradas com base em premissas internas e em cenários econômicos, comerciais e tributários que podem sofrer alterações no futuro. Os tributos diferidos passivos são imediatamente reconhecidos nas demonstrações financeiras. b) **Estimativas e julgamentos críticos:** É necessário julgamento para determinar as principais premissas utilizadas na mensuração dos tributos diferidos ativos, considerando as premissas e estimativas de fluxos de caixa projetados, o montante dos créditos tributários reconhecidos podem ser afetados por fatores incluindo, mas não limitado a: (i) premissas internas sobre o lucro tributável projetado baseado no planejamento de produção e vendas de energia, preços de energia, custos operacionais e planejamento de custos de capital; (ii) premissas externas sobre o cenário macroeconômico, incluindo perspectivas de demanda comercial e o ambiente tributário. A Companhia também aplica julgamento contábil crítico na identificação de incertezas sobre posições tributárias sobre o lucro, que podem impactar as demonstrações financeiras. As incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro representam os riscos de que a autoridade fiscal não aceite um determinado tratamento tributário aplicado pela Companhia. A Companhia estima a probabilidade de aceitação do tratamento fiscal incerto pela autoridade fiscal com base em avaliações técnicas de seus consultores jurídicos, considerando precedentes jurisprudenciais aplicáveis a legislação tributária vigente, que podem ser impactados principalmente por mudanças nas regras fiscais ou decisões judiciais que alterem a análise dos fundamentos da incerteza, de tal modo que podem surgir disputas com as autoridades fiscais em razão da interpretação das leis e regulamentos aplicáveis.

**8. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

	Consolidado		Controladora	
	2024	2023	2024	2023
Caixa e depósitos bancários à vista	4,683	2,910	1,801	1,076
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	659	-	659	-
Fundos de Investimento	140,269	152,558	104,143	59,207
<b>Total</b>	<b>145,611</b>	<b>155,468</b>	<b>106,603</b>	<b>60,283</b>

As carteiras de instrumentos financeiros classificados como caixa e equivalentes de caixa são constituídas visando melhor rentabilidade e o menor nível de risco. A remuneração média dessas carteiras em 31 de dezembro de 2024 é de 99,9% do CDI (100,49% em 31 de dezembro de 2023). A carteira de aplicações financeiras, em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, é constituída, principalmente por fundos de investimentos exclusivos do Grupo Neoenergia, compostos por diversos ativos, conforme abaixo:

	Consolidado		Controladora	
	2024	2023	2024	2023
<b>Carteira</b>				
<b>Fundos exclusivos</b>				
Operações compromissadas	140,269	152,558	104,143	59,207
<b>Total</b>	<b>140,269</b>	<b>152,558</b>	<b>104,143</b>	<b>59,207</b>

Os fundos de investimentos exclusivos do Grupo representam apenas veículos de propósito específico controlados pela Neoenergia S.A, para que o Grupo diversifique seus investimentos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco. Os fundos estão sujeitos a obriga



que todas as amortizações e pagamentos no vencimento dos empréstimos e financiamentos serão efetuados nas datas contratadas. O montante inclui valores estimados de pagamentos futuros de encargos a incorrer (ainda não provisionados) e os encargos incorridos, já reconhecidos nas demonstrações financeiras. Em 31 de dezembro de 2024, o prazo médio do vencimento do endividamento da Companhia é de 4,41 anos (4,82 em 31 de dezembro de 2023).

**c) Reconciliação da dívida com os fluxos de caixa e outras movimentações:**

	Consolidado e Controladora	
	2024	2023
<b>Saldo inicial do exercício</b>	<b>240,247</b>	<b>259,134</b>
<b>Efeito no fluxo de caixa:</b>		
Captações	174	(23.427)
<b>Amortizações de principal</b>	<b>(27.721)</b>	<b>(23.427)</b>
<b>Pagamento de encargos de dívida</b>	<b>(91,23)</b>	<b>(20,789)</b>
Depósitos em garantia	31	(34)
<b>Efeito não caixa:</b>		
Encargos incorridos	22.889	25.363
<b>Saldo final do exercício</b>	<b>216,497</b>	<b>240,247</b>

**d) Condições restritivas financeiras (Covenants):** Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui 100% dos seus contratos de dívidas com covenants. Seus principais covenants obrigam a manter certos índices, como o índice de Cobertura do Serviço da Dívida, Dívida líquida sobre o EBITDA (LAJIDA – Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização) e EBITDA sobre o Resultado financeiro. As Controladas não identificaram nenhum evento de não conformidade em 31 de dezembro de 2024 e 2023. Abaixo seguem os principais parâmetros e as medições estimadas em geral.

	Limites contratual em inferior		Medição <sup>(1)</sup> em 31.12.2024		Medição <sup>(2)</sup> em 31.12.2023	
	Calango 6 ICSD	≥ 1,2	1,67	1,49		
<b>Consolidado Neoenergia S.A.</b>						
Dívida líquida + EBITDA	≤ 4,0	3,45	3,17			
EBITDA + Resultado financeiro	≥ 2,0	2,51	2,55			

<sup>(1)</sup> Índices gerais alcançados pelas informações apresentadas nas demonstrações financeiras das Controladas da Neoenergia S.A.  
A Companhia possui covenants não financeiros, que devem ser cumpridos e atestados a mesma periodicidade dos covenants financeiros. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 não foram identificados nenhum descumprimento de covenants não financeiros que ensejassem vencimento antecipado de suas operações financeiras. **e) Política contábil:** Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação dos empréstimos e financiamentos são reconhecidas como custos da transação.

**14. PROVISÕES, OUTRAS OBRIGAÇÕES E DEPÓSITOS JUDICIAIS**

	Consolidado		Controladora	
	2024	2023	2024	2023
Provisão para obrigações ambientais	2.619	1.640	152	323
Provisão para obrigações para desmantelamento de ativos	10.753	10.005	3.830	3.568
Provisões ressarcimentos	48.785	53.172	21.634	21.814
	<b>62.157</b>	<b>64.817</b>	<b>25.616</b>	<b>25.705</b>
Passivo circulante	51.033	26.719	21.671	11.521
Passivo não circulante	11,2	38,098	5,945	14,184

**14.1 Provisões para processos judiciais, passivos contingentes e depósitos judiciais:** a) **Passivos contingentes:** Os passivos contingentes correspondem a processos judiciais não provisionados, e são apresentados a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	2024	2023	2024	2023
Processos cíveis (i)	1.774	1.583	-	-
Processos fiscais (ii)	1.575	3.166	750	832
	<b>3.349</b>	<b>4.749</b>	<b>750</b>	<b>832</b>

Os processos relevantes cuja probabilidade de perda é considerada possível são conforme segue: (i) **Processos cíveis:** Referem-se à resolução contratual de arrendamento com perdas e danos, cobrança e reintegração de posse e tutela antecipada. Os valores foram atualizados monetariamente pela variação do INPC, acrescido de juros de 1% a.a. (ii) **Processos fiscais:** Referem-se principalmente a autos de infração fiscal sobre suposto não recolhimento e/ou recolhimento a menor da Taxa de Licença (Alvará de Funcionamento) e não recolhimento de ISS sobre contratos de fornecimento de materiais e serviços para a construção dos parques eólicos. Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da taxa SELIC. **b) Depósitos judiciais:** Os depósitos judiciais são apresentados de acordo com a natureza das respectivas causas e estão correlacionados a processos provisionados ou não provisionados.

	Consolidado		Controladora	
	2024	2023	2024	2023
Processos fiscais	-	-	257	257

**14.2 Política contábil e julgamentos críticos:** a) **Política contábil:** As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente como resultado de evento passado; (ii) é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado de forma confiável. (i) Provisão para litígios e passivos contingentes: O valor relacionado à parcela principal da provisão litígio é reconhecido no resultado operacional e imobilizado em função do reconhecimento direto das operações da Companhia e os encargos financeiros são reconhecidos no resultado financeiro. Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos, uma vez que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável ou para os quais não seja possível fazer uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação, baseado nos pareceres jurídicos. Os passivos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive para ativos que não possuem ser reconhecidos. Os ativos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a entrada de benefícios econômicos for tida como provável. (ii) **Provisão para desmantelamento e ambiental:** As provisões para desmantelamento e ambiental são decorrentes do valor presente dos fluxos estimados para o cumprimento das obrigações relacionadas e seu reconhecimento inicial é em contrapartida ao Imobilizado, e o efeito do valor do direito no tempo é reconhecido no resultado do exercício, como resultado financeiro. O prazo previsto para realização desta provisão é o término dos contratos de arrendamento do parque eólico. Os custos potenciais cobertos por seguros ou indenizações são não abatidos do montante provisionado. (iii) **Provisão para ressarcimento:** A provisão de ressarcimento é reconhecida em contrapartida o resultado do exercício, como receita líquida. **b) Estimativas e julgamentos críticos:** (i) Provisão para litígios e passivos contingentes: Os processos judiciais são contingentes por natureza, ou seja, serão resolvidos quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. A ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos potenciais resultados dos eventos futuros. (ii) Provisão para desmantelamento: É necessário o julgamento para determinar as principais premissas utilizadas na mensuração das obrigações para desmantelamento dos parques eólicos, conforme estudo do mercado de energia elétrica em andamento em consideração a quantidade de MW total implantado, o rendimento, isto como, taxa de juros, custo de fechamento e a vida útil do ativo considerando o estágio atual de depreciação. Qualquer alteração nessas premissas pode afetar significativamente o valor do passivo reconhecido. Essa estimativa é reavaliada anualmente de acordo com os fluxos de caixa estimados, que levam em consideração o custo base de restauração e desmobilização das áreas exploradas. O valor da obrigação é descontado ao valor presente utilizando uma taxa nominal antes dos impostos que reflete a avaliação atual do mercado para o valor do direito no tempo e dos riscos específicos do passivo e é liquidado pelo desembolso de caixa referente ao fechamento dos parques eólicos. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a taxa de desconto utilizada foi 11,74% e 10,64%, respectivamente. A inflação implícita foi equivalente a 3,50% ambos os exercícios. (iii) **Provisão para ressarcimento:** A provisão para ressarcimento é reconhecida em valor considerado suficiente pela administração para cobrir as perdas previsíveis pela energia com o nível não engorço do exercício social corrente. Esta provisão é reconhecida considerando os valores estimados apurados pelos especialistas baseado nos relatórios emitidos pela CCEE e relatórios internos de geração de energia da Companhia. As provisões são tempestivamente ajustadas de acordo com as novas estimativas apuradas. A realização ocorre no primeiro ano subsequente ao quadrênio, amortizado em 12 vezes conforme previsto nos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR's) da Companhia.

	Consolidado		Controladora	
	2024	2023	2024	2023
Processos fiscais	-	-	257	257

**15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

**15.1 Capital social:** O capital social integralizado em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é de R\$ 30.001, por 193.145.408 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, detidas integralmente pela Neoenergia Renováveis S.A. **15.2 Remuneração aos acionistas:** O Estatuto Social da Companhia dispõe que a remuneração mínima de 25% do lucro líquido, após os ajustes de acordo com as prescrições legais do Brasil. A remuneração aos acionistas se dá sob a forma de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio (JCP), baseado nos limites definidos em lei e no estatuto social da Companhia. A proposta de remuneração aos acionistas da Companhia foi calculada da seguinte forma:

	2024		2023	
	CA	VJORA	VJR	CA
Lucro líquido do exercício	20.592	-	22.111	-
Reserva para investimentos	(1.030)	-	(16.508)	-
Reserva especial de dividendos não distribuídos	-	-	-	-
<b>Lucro líquido a distribuir</b>	<b>19.562</b>	<b>-</b>	<b>5.603</b>	<b>-</b>
<b>Remuneração</b>				
Mínima obrigatória	5.148	-	5.603	-
Dividendos adicionais propostos	14.414	-	-	-
<b>Natureza da remuneração</b>				
Dividendos	19.562	-	5.103	-
JCP	-	-	500	-
	<b>19.562</b>	<b>-</b>	<b>5.603</b>	<b>-</b>

Os valores deliberados aos acionistas da Companhia, por natureza de remuneração, estão apresentados como:

Deliberação	Natureza da remuneração	Valor deliberado	Valor por ação
<b>2024</b>			
AGE de 30 de abril de 2024	Dividendos mínimos	5.103	0,026419
AGE de 30 de abril de 2024	Dividendos a partir de reservas de lucros	70.000	0,3624212
AGE de 20 de dezembro de 2024	Dividendos a partir de reservas de lucros	23.801	0,1232382
		<b>98.904</b>	
<b>2023</b>			
AGE de 29 de abril de 2023	Dividendos mínimos	5.355	0,0277249
AGE de 20 de dezembro de 2023	JSCP	500	0,0025887
		<b>5.855</b>	

A remuneração a pagar aos acionistas está apresentada como segue:

	Controladora	
	2024	2023
<b>Saldos no início do exercício</b>	<b>5.528</b>	<b>5.355</b>
<b>Dividendos e juros sobre o capital próprio:</b>		
Declarados do exercício	5.148	5.103
Declarados de exercícios anteriores	93.801	-
Juros sobre o capital próprio declarados	-	500
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	-	(75)
Dividendos pagos no exercício	(5.528)	(5.355)
<b>Saldos no final do exercício</b>	<b>98.949</b>	<b>5.528</b>

**15.3 Outros resultados abrangentes:** A Companhia reconhece em outros resultados abrangentes os ganhos (perdas), líquidos dos tributos, o valor justo de instrumentos financeiros utilizados em uma estratégia de hedge accounting de fluxo de caixa. **15.4 Reserva de Capital:** Refere-se a contribuição efetuada pela controladora Neoenergia Renováveis S.A. quando da integralização das ações que ultrapassam o valor nominal delas. Desta forma o valor excedente foi considerado como reserva de capital, nos termos do artigo 192 da Lei das Sociedades por Ações. **15.5 Reserva de lucros:** **15.5.1 Reserva legal:** Constitui uma exigência legal para retenção de 5% do lucro líquido anual apurado até o limite de 20% do capital social. A reserva só pode ser utilizada para absorver prejuízos ou para aumento de capital. A Companhia não constitui reserva legal, pois, conforme Art. 193 da Lei 6.404/76 a empresa poderá deixar de constituir esta reserva quando o saldo da mesma, acrescido do montante das reservas de capital exceder 30% do Capital Social. **15.5.2 Reserva especial de dividendos não distribuídos:** Esta reserva de lucro é constituída quando a Companhia ainda não obtém condições financeiras para pagamento dos dividendos. Tais dividendos serão pagos aos acionistas no futuro, assim que a situação financeira ao permitir, desde que não tenham sido absorvidos por prejuízos dos exercícios seguintes. **15.5.3 Reserva para investimento:** Como previsto no estatuto social da Companhia, o montante que excede a distribuição de dividendo mínimo obrigatório deve ser destinado para reserva de investimentos que não excederá 80% do capital subscrito, importância não inferior a 5% e não superior a 75% do lucro líquido do exercício, na qual é destinada para financiar a expansão das atividades da Companhia ou criação de novos empreendimentos. Em reunião realizada em 30 de abril de 2024, a Assembleia Geral aprovou a distribuição do montante de R\$ 29.132 desta reserva como dividendos. Adicionalmente, em reunião realizada em 20 de dezembro de 2024, a Assembleia Geral aprovou a distribuição do montante de R\$ 23.801 desta reserva como dividendos. **15.6 Política Contábil:** O capital social representa valores recebidos dos acionistas e também aqueles gerados pela Companhia que foram formalmente incorporados através de reservas de capital e reservas de lucros. O capital social está representado por ações ordinárias. As ações ordinárias são classificadas como instrumentos de patrimônio por não exporem a Companhia à obrigação de entregar caixa ou outros instrumentos financeiros e deixarem os detentores desses instrumentos (acionistas) expostos às variabilidades dos resultados e fluxos de caixa gerados pela Companhia. Os gastos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de ações são apresentados como dedução do patrimônio líquido, como transações de capital, líquido de efeitos tributários. Os gastos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de ações são apresentados como dedução do patrimônio líquido, como transações de capital, líquido de efeitos tributários. Os gastos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de ações são apresentados como dedução do patrimônio líquido, como transações de capital, líquido de efeitos tributários. A remuneração aos acionistas é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras da Companhia, com base no estatuto social. Qualquer valor acima da remuneração mínima obrigatória aprovada no estatuto social, somente será reconhecido no passivo circulante na data em que for aprovado pelos acionistas.

**16. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**

As partes relacionadas da Companhia são coligadas, acionistas e suas empresas ligadas. As principais transações comerciais com partes relacionadas reconhecidas como contas a receber e/ou contas a pagar e respectivas receitas e/ou custos/despesas estão relacionadas aos: (i) contratos de compra e venda de energia elétrica; (ii) contratos de uso do sistema de distribuição de energia ou do sistema de transmissão; (iii) contrato de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura. As informações sobre transações com partes relacionadas e os efeitos nas demonstrações financeiras da Companhia são apresentados abaixo: **16.1 Saldo em aberto com partes relacionadas:**

	Consolidado			
	2024		2023	
<b>Ativo</b>				
Contas a receber e outros (a) / (b)	398	-	398	470
	<b>398</b>	<b>-</b>	<b>398</b>	<b>470</b>
<b>Passivo</b>				
Fornecedores e contas a pagar (b)	456	-	456	235
Dividendo a pagar (c)	78	98.949	67	5.528
Outros passivos	78	98	145	74
	<b>534</b>	<b>99.016</b>	<b>99.550</b>	<b>309</b>
				<b>5.589</b>
				<b>5.898</b>

**16.2 Transações com partes relacionadas:**

	Consolidado			
	2024		2023	
<b>Ativo</b>				
Contas a receber e outros (a)	140	-	140	166
Dividendos a receber (d)	-	6.141	-	6.141
	<b>140</b>	<b>6.141</b>	<b>-</b>	<b>6.281</b>
				<b>166</b>
				<b>6.562</b>
				<b>6.728</b>
<b>Passivo</b>				
Fornecedores	91	-	91	76
Dividendos a pagar (c)	-	98.949	98.949	-
Outros Passivos	28	-	23	51
	<b>119</b>	<b>-</b>	<b>98.972</b>	<b>99.091</b>
				<b>101</b>
				<b>22</b>
				<b>5.528</b>
				<b>5.615</b>

**16.3 Principais transações com partes relacionadas:** As principais transações com partes relacionadas nos itens 16.1 e 16.2 referem-se a:

Item	Empresa relacionada	Tipo de transação	Índice de correção / remuneração contratual		Vencimento Prazo	Ativo / Passivo	Resultado do exercício
			Índice de correção	Remuneração contratual			
	Neoenergia Cosern e Neoenergia Elektro	Contrato de venda de energia elétrica compra e venda de energia	100%	100%	27 anos	364	2.484
a)	NC Energia Neoenergia Renováveis S/A	Dividendos a pagar	N/A	N/A	2025	98.949	(381)
b)	Santana 1 e Santana 2	Dividendos a receber	N/A	N/A	2025	6.141	(2.015)

**16.4 Remuneração da administração (pessoal-chave):** Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, não houve remuneração da administração da Companhia. Os honorários e benefícios dos diretores executivos são pagos e reconhecidos pela Neoenergia S.A.

**17. CLASSIFICAÇÃO E ESTIMATIVA DE VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS**

**17.1 Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros:** A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com o seu modelo de negócios e finalidade para qual foram adquiridos. Os instrumentos financeiros são classificados e mensurados como segue:

	Consolidado					
	2024		2023		2022	
<b>Ativos financeiros</b>						
Caixa e equivalentes de caixa	5.342	-	140.269	2.910	152.558	-
Títulos e valores mobiliários	-	-	2.197	-	2.351	-
Contas a receber de clientes e outros	13.416	-	14	-	13.192	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	14	-	-	-	-
	<b>18.758</b>	<b>14</b>	<b>142.466</b>	<b>16.102</b>	<b>154.909</b>	<b>-</b>
<b>Passivos financeiros</b>						
Fornecedores e contas a pagar	3.846	-	-	-	2.040	-
Empréstimos e financiamentos	216.497	-	-	-	240.247	-
Passivo de arrendamento	2.791	-	-	-	2.662	-
Outros passivos financeiros	408	-	-	-	180	-
	<b>223.542</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>245.129</b>	<b>-</b>

CA – Custo amortizado  
VJORA – Valor justo por meio dos outros resultados abrangentes  
VJR – Valor justo por meio do resultado  
**17.2 Estimativa do valor justo:** Para mensuração e determinação do valor justo, a Companhia utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado ou de custo, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir: **Nível 1** – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração; **Nível 2** – Preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos; e **Nível 3** – Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pouco ou inexistente, não observável ou ilíquido. A análise do impacto caso os resultados reais sejam diferentes da estimativa da Administração está apresentada na nota 17.8, (análise de sensibilidade). **17.3 Instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo ("VJR") ou VJORA:** O nível de mensuração dos ativos e passivos financeiros reconhecidos pelo valor justo estão demonstrados como segue:

	Consolidado					
	2024		2023		2022	
<b>Ativos financeiros</b>						
Caixa e equivalentes de caixa	140.269	-	140.269	-	152.558	-
Títulos e valores mobiliários	2.197	-	2.197	-	2.351	-
Instrumentos financeiros derivativos	14	-	14	-	-	-
	<b>142.480</b>	<b>-</b>	<b>142.480</b>	<b>-</b>	<b>154.909</b>	<b>-</b>

Não houve transferência de instrumentos financeiros entre os níveis de mensuração de valor justo. **17.4 Instrumentos financeiros reconhecidos pelo custo amortizado ("CA"):** Os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado que em virtude do ciclo de longo prazo para realização, podem possuir o valor justo diferente do saldo contábil. Abaixo demonstramos o valor justo dos ativos e passivos financeiros reconhecidos a custo amortizado.

**17.5 Política contábil:** A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros que são reconhecidos inicialmente a valor

mativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria. Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional, e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Planejamos e realizamos a auditoria do grupo para obter as evidências de auditoria apropriadas e suficientes referentes às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos ao com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas durante a auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem